



DITADURA CIVIL-MILITAR E FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA COMO PROBLEMAS
HISTORIOGRÁFICOS: INTERROGAÇÕES DESDE A CRISE

*CIVIL MILITARY DICTATORSHIP AND DEMOCRATIC FORMATION AS
HISTORIOGRAPHIC PROBLEMS: INTERROGATIONS SINCE THE CRISIS*

Daniel Pinha

Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ)

daniel.pinha@gmail.com

Resumo

O artigo examina a dimensão pedagógico-formativa do texto historiográfico na abordagem de temas sensíveis, em particular o caso da história da Ditadura Militar Brasileira e o debate acerca do apoio da sociedade civil na construção do regime ditatorial. Levando em conta o recorte cronológico entre 2004 e 2014, aniversários de 40 e 50 anos do Golpe, o texto se desenvolve em dois movimentos: explicitação do caráter pedagógico-formativo contido no topos “Ditadura Civil-Militar”, associado à consolidação de uma perspectiva democrática no presente; lugar do contexto de recepção e dos efeitos de leitura do texto historiográfico em temas de abrangência pública. Estas questões ganham novas interrogações diante do contexto de crise democrática contemporânea e das batalhas de memória sobre a experiência ditatorial.

Palavras-chave

Ditadura civil-militar; Ditadura Militar; Historiografia; Crise democrática.

Abstract

This article examines the pedagogical-formative dimension of the historiographic text about sensitive themes, examining the case of the history of the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985) and, more particularly, the debate about the support of civil society in the construction of the dictatorial regime. Examining the period between 2004 and 2014, the 40th and 50th anniversary of the Coup, the text develops in two movements: analyses of the pedagogical-formative dimension of the “Civil-Military Dictatorship”, associated with a perspective of democratic affirmation in the present ; place of the reception context and of the reading effects of the historiographic text in subjects of public scope. These themes gain new questions in the context of the contemporary democratic crisis.

Key words

Civil-military dictatorship; Military dictatorship; Historiography; Democratic crisis.

1. Introdução

Este artigo examina a vertente historiográfica sobre a Ditadura Militar Brasileira que destaca o apoio da sociedade civil ao Golpe de 64 e à construção do regime ditatorial, entendido como chave de análise central para a compreensão daquela experiência histórica. Considerarei, sobretudo, o corte temporal entre 2004 e 2014, ou seja, os aniversários de 40 e 50 anos do Golpe, momentos de intenso debate público e historiográfico. Tal corrente interpretativa, ao enfatizar a construção social de regimes autoritários, identifica um dilema a ser enfrentado pela sociedade brasileira no trato do regime ditatorial: afinal, como lidar com a questão do apoio e consentimento da sociedade à Ditadura em meio a um contexto presente (e recente) de aversão a este regime? Haveria, nesta linha de raciocínio, uma espécie de auto-esquecimento como forma de isenção de responsabilidade sobre a ação, em um passado recente de apoio e consentimento. Caberia à historiografia acadêmica desmontar esse trabalho de esquecimento, de modo que, ao inscrever a sociedade enquanto agente fundamental na construção daquele regime autoritário, a historiografia contribuísse ético-politicamente para o aprofundamento dos valores democráticos.

Neste artigo, examino esta orientação pedagógico-formativa contida na formulação “Ditadura Civil-Militar”, associando-a a uma percepção de estabilidade democrática no presente, como se o contexto presente de exaltação dos valores democráticos pretendesse operar um apagamento do apoio civil no passado: enfatizando este apagamento como uma escolha da sociedade daquela época (2004-2014), esta chave de análise sugere um consenso no presente em relação aos valores democráticos e uma vontade de ruptura do presente (democrático) em relação ao passado (ditatorial). A perspectiva de formação implicada no topos “Ditadura Civil-Militar” se ancora, deste modo, no pressuposto político da estabilização da ordem democrática experimentada naqueles anos de 2004-14, abrindo para o futuro um ideal *continuum* de aprofundamento democrático. Ou seja, a sociedade daqueles anos – tempo presente da enunciação historiográfica – compartilhava uma estabilidade na defesa das prerrogativas democráticas, a tal ponto que a premissa do apoio e consentimento à Ditadura no passado se transformasse em um *dilema*.

Ao mesmo tempo em que reivindicava uma orientação ético-política e formativa ao texto historiográfico, vinculada à corrente pública do “Ditadura Nunca Mais” – demonstrando, com isso, um desejo de controle da recepção do texto na direção de um fortalecimento dos valores

democráticos – esta vertente interpretativa investia em argumentos que deixavam em aberto a possibilidade de leituras e apropriações antidemocráticas por parte de grupos políticos negacionistas ou revisionistas da Ditadura – como veio a ficar claro anos depois. Deste modo, o princípio de responsabilização da sociedade civil se converteria em instrumentalização conceitual de prerrogativas antidemocráticas no presente, abrindo caminho para afirmações como “não houve Ditadura, pois a sociedade apoiou o regime”, “o apoio da sociedade civil tornou legítima a ação dos militares”, “a sociedade apoiou sim, porque era a melhor opção naquele momento, como é a melhor opção hoje”, ou seja, conclusões avessas ao propósito pedagógico formador delineado inicialmente.

A crise democrática contemporânea, iniciada com as Manifestações de Junho de 2013, conheceu um capítulo decisivo (e dramático) em 2018, com a vitória eleitoral presidencial de um apologista da Ditadura Militar. Este contexto de enunciação *em crise* nos possibilita questionar a aposta na estabilidade dos valores democráticos daqueles anos de 2004-2014. Ainda que estes fossem anos de hegemonia democrática no mundo do governo do Estado – nas práticas políticas e funcionamento das regras do jogo constitucional – o mesmo não se pode dizer do âmbito dos valores democráticos socialmente compartilhados, que conheceram nestes anos um período de involução. Imersos no ambiente de crise atual, resultado deste percurso de *involução*, podemos reconfigurar a ênfase na ruptura democrática geradora da vontade social de esquecimento – linha mestra do percurso argumentativo em torno do apoio civil aos militares – destacando agora, *desde a crise*, a história da Ditadura Militar por suas continuidades, por sua força e coexistência não harmônica entre valores democráticos e autoritários.

2. Reduzindo a lente

O ano de 2014 marcou um momento de intensa mobilização em universidades, centros de pesquisa, mercado editorial, grande imprensa, em suma, no debate público mais amplo, acerca das lembranças e significados em torno dos 50 anos do Golpe de 1964. Como ressalta Beatriz Vieira, tais comemorações – entendidas aqui no sentido de lembrança compartilhada e não de festejo comemorativo – trouxeram à tona a reflexão sobre os sentidos dos acontecimentos, inclusive sensibilidades e emoções, condições de produção de saberes e configuração subjetiva sobre o período da Ditadura Militar (VIEIRA, 2014: p. 69). No âmbito propriamente historiográfico, chamava a atenção da historiadora o debate a respeito das adjetivações do Golpe

- militar, civil-militar, empresarial-militar - reveladoras das variações interpretativas acerca da natureza do golpe de Estado que suspendeu o funcionamento da democracia - trazendo a tona, por conseguinte, a pergunta qual democracia era suspensa ali (Idem, p. 69) e, acrescento, qual democracia nos tornamos depois. Ou seja, não se tratava de um debate que levaria apenas ao conhecimento daquela experiência pretérita, mas também a uma reflexão sobre os caminhos e descaminhos da experiência democrática brasileira.

Em texto em que empreende balanço de fôlego sobre a história da historiografia da Ditadura - semelhante ao que realizara em 2004¹ - Carlos Fico identifica uma mudança no perfil da produção sobre o tema no período que compreende o intervalo entre os 40 e os 50 anos do Golpe. O debate mais acalorado, segundo Fico, é “a acusação de revisionismo que historiadores marxistas têm feito a pesquisadores como Argelina Figueiredo, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Denise Rollemberg” apontando a existência de uma “operação revisionista” (FICO, 2017: p. 8) iniciada em um seminário acadêmico realizado dez anos antes, em 2004, por ocasião do aniversário dos 40 anos do Golpe. O ponto central da divergência interpretativa, segundo Fico, é o uso indiscriminado e impreciso das noções de consenso e apoio da sociedade civil, sendo necessário, segundo os marxistas, “dar nome aos bois”, isto é, distinguir as redes de apoio e os interesses de classe implicados.

O artigo de Carlos Fico ajuda a delinear a perspectiva de análise do presente artigo em dois sentidos: 1. nos mostra a relevância e aceitação acadêmica do topos “Ditadura Civil-Militar”, pondo em destaque, enquanto chave mestra de análise do período, o apoio, adesão e aceitação da sociedade ao Golpe e à Ditadura, levando, inclusive, ao uso do termo “Ditadura Civil-Militar” como forma de nomear o período; 2. apresenta a centralidade do historiador Daniel Aarão Reis na definição desta perspectiva analítica, a “inspirar pesquisas e publicações” (Idem, p. 32) organizadas em torno da ideia de que “teria havido um tipo de consenso em favor da aceitação do regime militar capaz de gerar apoio e/ou minar eventuais resistências” (Idem, p. 33).

Diante disso e dos propósitos deste artigo, reduzirei a *lente de análise* para acompanhar de perto o percurso argumentativo de Daniel Aarão Reis Filho. No intervalo entre 2004-2014, o historiador publicou artigos acadêmicos, organizou livros, foi autor de prefácios e textos de

¹ Cf. FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar” *Rev. Bras. Hist.*, vol.24, no.47, São Paulo, 2004.

abertura de coletâneas, com destaque para duas publicadas em ocasião dos aniversários de 40 e 50 anos do Golpe². Além de referência acadêmica, o intelectual figura frequentemente em mesas de debates e eventos acadêmicos sobre o tema, chamado para falar, sobretudo, como historiador, e menos para contar sua experiência como militante de oposição à Ditadura³. Daniel Aarão Reis conta com relevante espaço de abertura na grande imprensa e em meios de comunicação, por meio de artigos de jornal, entrevistas, comentários em documentários e programas de TV. Para além de uma dimensão propriamente quantitativa – disseminando a voz do historiador a um auditório diverso, frequente e relevante – é possível notar em sua produção um investimento deliberado na elaboração de um programa teórico-historiográfico, sintetizando uma agenda de pesquisas em torno do eixo analítico “apoio da sociedade civil à Ditadura Militar”. É em torno deste programa que o meu artigo se desenvolve, considerando o quanto esta agenda reivindica para a historiografia uma dimensão ético-política voltada à formação democrática do público que lê e consome história.

3. História da Ditadura e reivindicação ético-política da historiografia

A história da Ditadura Militar Brasileira tem sido objeto de batalhas de memória, usos e narrativas de projetos políticos que extravasam o terreno da história pesquisada e escrita por especialistas acadêmicos⁴. Estamos tratando de um tema capaz de afetar uma comunidade de leitores que ultrapassa os limites do debate acadêmico-disciplinar da história, trazendo à baila, pelo menos três impasses que atravessam a tarefa de historiar um tema sensível e de interesse público: 1. a necessidade de reafirmar protocolos historiográficos que conferem estatuto de cientificidade e verdade histórica aos enunciados que propõem; 2. a tensa relação do historiador com a memória social e a consciência histórica dos leitores contemporâneos; 3. os dilemas

² São elas: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, M. (Org.) ; Motta, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois, 1964-2004* Bauru: EDUSC, 2004 e AARÃO REIS FILHO, Daniel; Ridenti, M. (Org.) ; MOTTA, R. P. S. (Org.) *A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

³ Entre 1965 e 1970, Daniel Aarão Reis atuou no movimento estudantil e no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) responsável por ações de guerrilha urbana contra o regime ditatorial, dentre as quais a ação de sequestro do embaixador norte-americano no Brasil Charles Elbrick, que resultou na libertação de quinze presos políticos.

⁴ Cf BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017 e PEREIRA, Mateus H. “Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 31, p. 863-902, 2015.

políticos da sociedade brasileira, tendo em vista o trauma e as permanências da experiência ditatorial na conformação do modelo democrático representativo que a sucedeu. Destacar a participação e responsabilidade da sociedade civil na construção social do regime autoritário é enfrentar diretamente estes problemas. Ao final e ao cabo é retornar à pergunta incontornável aos historiadores: em que medida a escrita da história é afetada pelo tempo presente em que se insere? Como os enunciados historiográficos são afetados pelo contexto de enunciação em que se inserem? Como os efeitos de leitura, geradores de ações e projetos que apontam para além do texto, balizam (ou não) formas de contar a história? Em suma, como o historiador se comporta e se movimenta diante do seu público leitor contemporâneo?

A esse respeito, a contribuição de Marcelo Rangel e Valdeir Araujo (2015) me parecem decisivas, quando eles chamam a atenção para a existência de um *giro ético-político* como traço da produção historiográfica contemporânea, disposta a pensar e intervir em um mundo que é o seu. Tal giro decorre de um dos legados do giro linguístico e da impossibilidade de que o fato histórico represente inteiramente a realidade do passado a partir do qual ele se refere – e isto não significa o abandono do referente, mas, sim, a possibilidade de que o referente esteja moldado por um discurso que também possui uma historicidade. Neste sentido, o texto historiográfico se insere no mundo, motivado pelos seus efeitos de leitura que o ultrapassam. Nos termos de Rangel e Araujo.

Com efeito, independentemente de qual cultura historiográfica e de qual tradição esteja em questão (a fenomenológico-hermenêutica ou a neo-historicista), as reflexões e compreensões disponibilizadas a partir do giro linguístico apontam para a constituição de um horizonte comum no interior da teoria e da história da historiografia contemporâneas, a saber: (1) o sujeito do conhecimento não pode produzir enunciados privilegiados em relação à realidade, a despeito das teorias e métodos em questão e (2) a historiografia possui uma determinação específica, a de pensar e/ou intervir no mundo que é o seu. (RANGEL E ARAUJO, 2015: p. 328)

Ou seja, a tematização do passado em qualquer âmbito da cultura histórica, inclusive na história disciplinar regulada pelos protocolos definidos por especialistas, inclui, necessariamente, o poder de mobilizar as pessoas para os problemas de seu tempo, promovendo uma abertura para uma reflexão-intervenção (Idem, p. 330).

Isto que Rangel e Araujo chamam de giro ético-político, associando a verdade do passado a uma ética da ação presente, se identifica com um pressuposto caro à concepção benjaminiana

de história, componente central de suas Teses sobre o conceito de história, escritas em 1940. Como ressalta Jeanne Marie-Gagnebin (2006), para Walter Benjamin, mais do que conhecer o passado tal como ele foi, o propósito central de qualquer historiografia é articular historicamente o passado, levando em conta a impossibilidade epistemológica de equivalência entre discurso científico e fato histórico (GAGNEBIN, 2006: p. 40). Deste modo, Benjamin diverge e denuncia a pretensa objetividade do modelo historicista “que se vangloria de ser a história verdadeira e, portanto, a única certa e, em certos casos, a única possível” (Idem, p. 40).

Seguindo a linha de raciocínio de Gagnebin, poder-se-ia pensar que o questionamento do cientificismo e a consciência dos limites da dimensão factual da história, tal como proposta por esta concepção de história, colocaria em xeque o estatuto de verdade das sentenças históricas, encaminhando um outro problema caro a ética profissional do historiador: afinal, mobilizar a verdade inscrita no presente é recusar o pacto de verdade estabelecido pelo especialista em história, de que o discurso enunciado tenha a pretensão de verdade, ainda que interpretativa e provisória, mas verdade e não ficção? Nos termos da autora, “o historiador que toma consciência do caráter literário, até mesmo retórico, narrativo de sua empresa, não corre o risco de apagar definitivamente a estreita fronteira que separa a história das histórias, o discurso científico da ficção, ou ainda a verdade da mentira?” (Idem, p. 41). Será que este caminho não nos levaria, pergunto eu, ao risco de cairmos em um relativismo estéril, já que todas as versões se equivalem e não há mais ancoragem possível em uma certeza objetiva, independente dos diferentes “rastros”? Como resposta, Gagnebin sugere uma definição *constrangedora* da tarefa do historiador: “é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade” (Idem, p. 44). Com isso, ela aponta um desafio fundamental ao tratamento de temas sensíveis, passados traumáticos e de amplo interesse público no presente no qual está inscrito: uma tarefa que nunca é estritamente narrar o passado, mas submeter à história a tarefa de fazer justiça, no tempo presente, aos mortos e aos submetidos à violência. Ou seja, requisito do historiador de temas traumáticos uma condição política específica de tratamento do passado, como forma de lutar contra a repetição do horror.

O historiador atual se vê confrontado com uma tarefa: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua ‘narrativa afirma que o inesquecível existe’ mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que,

infelizmente, se reproduz constantemente). As palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar a nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro. (Idem, p. 47)

Trata-se, portanto, de uma condição específica de leitura e escrita da história, balizada por sua recepção, por seus leitores, pelo conjunto de interlocutores no presente. Isto não implica redução da autonomia do historiador na definição de seus métodos, conclusões e protocolos de estabelecimento de verdades; mas que se leve em conta que a conclusão interpretativa, no caso dos temas sensíveis e de interesse público, afeta politicamente uma comunidade maior de leitores, que realizam batalhas de memória, usos e disputas a partir das quais apoiam projetos políticos no presente. Estamos lidando, neste sentido, com a capacidade do texto historiográfico de motivar projetos e ações políticas inscritas no tempo de presente de enunciação. Este é o caso da história da Ditadura Militar no Brasil, uma história que *não pertence* apenas a comunidade de leitores especializados, mas diz respeito ao público mais amplo que consome história para múltiplos propósitos.

Está em jogo a *dimensão performativa da historiografia*, tal como nos termos definidos por Berber Bevernage (2018). Isto é, extrapolando funções tradicionais da história, tais como a de representar o passado, buscar a verdade e produzir sentido tendo em vista a necessidade de regular a distância entre passado e presente (BEVERNAGE, 2018: p. 44), a questão aqui não se refere apenas ao potencial do discurso da historiografia em narrar e dar sentido à realidade pretérita “mas também *seu potencial de produzir efeitos sócio-políticos*, provocando a efetivação de um estado de coisas que pretende [a princípio] meramente descrever” [Grifo meu] (Idem, p. 45).

Trata-se, deste modo, de pensar o lugar da historiografia acadêmica na *cultura histórica* mais ampla que recebe e interage com o texto. Cultura histórica pensada nos termos de Fernando Sanchez Costa, isto é, “conjunto de recursos e práticas sociais através dos quais os membros de uma comunidade interpretam, transmitem, materializam e transformam seu passado” (COSTA, 2009: p. 277), levando em conta que:

a elaboração da experiência histórica e seu uso no presente estão sempre enquadrados nas práticas sociais de interpretação e reprodução da História. A consciência histórica de cada indivíduo é tecida, então, dentro de um sistema sócio-comunicativo de interpretação, objetivação e uso público do passado, isto é, dentro de uma cultura histórica. (Idem, p. 278)

Compreendida deste modo, a análise da cultura histórica inclui o exame dos usos públicos e da elaboração social do passado em um dado sistema sócio-comunicativo de interpretação, incorporando, assim, as condições de leitura, circulação e recepção da história por não-especialistas. Isto inclui, ainda, um universo de sentidos e sensibilidades que formam e afetam o leitor/ouvinte da história, capazes de mobilizar dores e perplexidade, para usar os termos de Beatriz Vieira (2014).

4. Apoio social à Ditadura no passado, formação de uma cultura democrática no presente

Como veremos a partir de agora, a montagem argumentativa de Daniel Aarão Reis demanda do discurso historiográfico um caráter performático, ou seja, uma orientação direcionada para além do texto, da produção de sentido e aquisição de conhecimento sobre o passado ditatorial, voltada ao aprofundamento de uma cultura democrática no tempo presente que é o seu.

Logo no início da apresentação de *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois, 1964-2004* - livro gerado a partir de seminário acadêmico realizado ao longo do ano de 2004 em diversas universidades, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, em meio às celebrações sobre os quarenta anos do Golpe de 64 - escrito pelos organizadores da coletânea, Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Motta, saúdam a realização da obra, não apenas por sua pertinência acadêmica, mas também pela contribuição na intensificação dos valores democráticos do presente.

O livro é um encontro: veteranos pesquisadores, jovens doutorandos, olhares de época, testemunhos, interpretações, análises, versões. Como todo encontro humano, é plural expresso em diferentes maneiras de recortar, constituir e abordar o tema, múltiplos enfoques, distintas apreciações. Como todo encontro plural, é avesso ao dogma e à tentação autoritária, aberto ao dissenso e ao contraditório. *Que ele possa contribuir para a formação de olhares críticos sobre o tempo abominável da ditadura e para a formação de propósitos e convicções democráticas* [Grifo meu] (REIS, RIDENTI e MOTTA: 2004, p. 11).

A história da Ditadura Militar é tratada, nesta chave, como tema sensível capaz de reunir diferentes abordagens e formas de relacionamento com o passado, ou seja, em profunda articulação com os meios de difusão da cultura histórica. Há claro apelo ético-político para a proposta, envolvendo o cuidado com os valores democráticos do público leitor contemporâneo. Ou seja, ao evidenciar as interlocuções com a cultura histórica de seu tempo, os autores revelam

expectativas de leitura orientadas ao propósito formador de uma ética democrática. Diante disso, a pergunta que se encaminha passa a ser: qual a contribuição da historiografia acadêmica no debate em torno do passado ditatorial e suas heranças no presente?

Quando passamos à leitura do artigo produzido por Daniel Aarão Reis na coletânea – intitulado “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória” – permanece o enfrentamento desta questão, envolvendo a combinação entre defesa de um princípio formador e condição de especialista próprios à condição do historiador. Leiamos.

O propósito deste artigo é visitar criticamente certas ‘batalhas’ de memória a respeito de processos cruciais de um passado recente da história do nosso país: a gênese e a consolidação da ditadura militar, as lutas que se travaram contra ela, particularmente a luta armada, e o processo lento, gradual e seguro através do qual os militares abandonaram o proscênio da cena política. (REIS: 2004, p. 30)

O autor chama a atenção para as “batalhas de memória” sobre o passado ditatorial, reveladoras das disputas de projetos políticos implicados nas narrativas e apropriações sobre o período. Neste artigo especificamente, ele não explicita os meios pelos quais essas batalhas se evidenciam – jornais, filmes, programas de TV, pesquisas de opinião, partidos políticos, etc – mas o dado importante é notar que ele parte de um elemento da cultura histórica contemporânea – as disputas pelo passado da Ditadura – para ressaltar o seu próprio lugar – o lugar do pesquisador acadêmico que “visita criticamente” “processos cruciais” do passado recente do nosso país. Visitar criticamente, portanto, envolve não somente a construção de uma narrativa válida sobre aquela experiência, mas desnaturalizar e historicizar sentidos atribuídos aquelas narrativas, estabelecidos a posteriori – uma preocupação de natureza teórico-historiográfica. Em outras palavras, tratar-se-ia de reconstruir os processos históricos geradores daquela memória em disputa, tornando-a objeto de problematização historiográfica, tendo em vista a condição privilegiada de um historiador acadêmico no exercício deste *procedimento crítico*.

Tal procedimento crítico, entretanto, não estaria à disposição somente da produção de um sentido sobre o passado, mas, sobretudo, por aquilo que o discurso historiográfico oferece de útil para além do texto, isto é, nossa formação social no presente e uma compreensão sobre o país que nos tornamos depois da Ditadura.

O intuito do texto não é formular, recuperar ou restabelecer *verdades*. Mas compreender como e porque determinados exercícios de memória têm sido empreendidos, a lógica interna, as incoerências e as fraturas, e as possíveis

conseqüências para a construção de uma sociedade democrática nestes brasis do século 21. (Idem, p. 30)

De maneira mais ampla, pensando o argumento de Daniel Aarão Reis em conjunto, podemos dizer que o argumento central do historiador conduz o leitor a chegar a *duras constatações* sobre o apoio e a participação da sociedade civil na construção do regime autoritário, são elas: 1) a dura constatação de que a sociedade brasileira construiu a ditadura, o que teria levado, por conseguinte, a dificuldades da sociedade em assumir, em meio à vigência dos valores democráticos, a responsabilidade de participação em um regime que praticou uma violência sistêmica contra os seus cidadãos; 2) os militares conduziram o processo de redemocratização, incluindo a aprovação de uma lei de anistia recíproca, capaz de perdoar, igualmente, crimes e violações cometidas por agentes do Estado e militantes de luta armada, o que leva à dura constatação de que *a democracia não se estabeleceu por meio de uma ruptura com o regime ditatorial, mas sim a partir de um projeto de transição sob o controle dos militares*; 3) o reconhecimento de que a Ditadura é uma construção social operada por brasileiros, elevando a primeiro plano o protagonismo e a capacidade de intervenção dos atores históricos na ação política, e isto distanciaria Aarão Reis de visões processuais e totalizadoras da história, a isentar ou anular, segundo ele, o espaço de atuação política dos sujeitos históricos, movidos que eram por uma lógica de processo que lhes transcendia. A Ditadura fora construída por meio da ação dos atores políticos, não sendo, portanto, obra de um processo histórico inevitável/inexorável que se movia por si próprio. Eis uma constatação que se torna dura quando, no tempo presente (democrático), investigam-se historicamente os vínculos de colaboração social que contribuíram para a afirmação de um regime produtor de *uma hegemonia da violência, do silenciamento e da prática da tortura* – nas palavras do autor participou “da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado” (Idem, p. 50).

Em suma, há no programa teórico-historiográfico defendido por Daniel Aarão Reis Filho a reivindicação de um princípio ético-formativo para a escrita da história, que aponta para a necessidade do historiador de exercer a função social de revelar verdades – por mais duras que fossem – fundamentas em pesquisas, métodos e aparato conceitual especializado, desnaturalizar exercícios de memória, mas, sobretudo, exercer uma tarefa ético-político democrática para o público leitor do tempo presente, isto é, “*criar condições para que o abominável não volte a assombrar e a atormentar a história destes brasis*”. Desta maneira, Reis não recusa uma função formadora para

a escrita da história: caberia a ela, história, em seu discurso de verdade, elucidar formas de evitar que regimes autoritários voltem a acontecer no futuro.

5. Estabilidade democrática no presente, negação do apoio no passado: montagem e desconstrução da memória hegemônica

Ainda que ressalte os exercícios de memória, no plural, e avance na narrativa memorialística dos militares, em “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória” Daniel Aarão Reis se dedica particularmente ao que considera como *memória hegemônica/ vencedora*: a contada pelas esquerdas, segundo ele, derrotadas no campo da experiência, vencedoras na narrativa, nas batalhas de memória. Diante da polarização esquerda/direita que caracterizou o período, na medida em que o discurso encampado pelo Estado foi se tornando impopular e os valores democráticos começaram a ganhar força, gradativamente a voz das esquerdas foi se tornando predominante, produzindo lembranças e esquecimentos sobre si e sobre o período como um todo.

Entretanto, progressivamente, na medida em que a ditadura foi se tornando impopular, e que se foi mostrando insustentável a versão de que uma ditadura podia salvar, ou construir, uma democracia, e que a sociedade passou cada vez mais a aderir e a simpatizar com os valores democráticos, as versões da esquerda, também formuladas desde o momento seguinte à derrota, passaram a aparecer com mais vigor. Nesta memória, apagaram-se a radicalização e o confronto propostos pela maré reformista, sobretudo pelos setores mais radicais, desapareceu o ímpeto ofensivo que marcara o movimento pelas reformas de base, evaporou-se o reformismo revolucionário. Neste quadro, as esquerdas, e Jango em particular, ressurgiram como vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista. (...) Para desespero dos militares golpistas, estigmatizados *gorilas*, estas versões predominariam, quase incontrastáveis, a partir dos anos 80, quando houve a redemocratização do país.

Assim, *as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas de memória*”. [Grifo meu] (Idem, p. 40)

Segundo o autor, esta mesma memória hegemônica se valeria da produção de um esquecimento, central nas formulações acadêmicas e sociais sobre a Ditadura: o esquecimento do apoio da sociedade civil ao regime e, com ele, a isenção de responsabilidade daqueles que efetivamente construíram o regime autoritário. Os valores democráticos do presente, ancorados nas versões das esquerdas, repercutem no esquecimento/ recusa do apoio ao regime militar do passado. Nesta passagem, tal pressuposto se torna evidente: “Sempre quando os povos transitam de uma fase a outra da história, e *quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior*, há problemas de

memória, resolvidas por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento” [Grifo meu] (Idem, p. 49). O presente democrático – em busca de estabilidade e em vias de aprofundamento – rejeita taxativamente a experiência ditatorial pretérita, por isso se isenta de responsabilidade e esquece o apoio e participação no Golpe e em seus desdobramentos. Constatar a recusa do apoio e depois descortiná-lo em seus meandros é passo decisivo para um aprofundamento democrático. Na passagem abaixo, o argumento se fecha:

A sociedade brasileira, depois que aderiu aos valores e às instituições democráticas, enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado. E, apesar de o regime ter sido considerado abominável, não o expulsou a pedradas ou a tiros, antes compadeceu-se de um processo de transição pelo alto, lento, seguro e gradual e de uma anistia recíproca. Mas a ditadura militar, não há como negá-lo, por mais que seja doloroso, foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada, por marciais. Reconhecê-lo pode ser um exercício preliminar para compreender seus profundos fundamentos históricos e sociais e para criar condições para que o abominável não volte a assombrar e a atormentar a história destes brasis. [Grifo meu] (Idem, p. 50)

Em “Ditadura, anistia e reconciliação”, artigo publicado em 2010, Reis expõe algumas das demonstrações do apoio social ao regime militar: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e as Marchas pela vitória, com adesão social massiva em grandes capitais, não apenas no mês de março, mas ao longo do ano de 1964; os altos índices de popularidade do General Médici, o presidente da República à época dos anos de chumbo e violência mais aguda por parte do Estado; as expressivas votações da ARENA, partido do regime, nas eleições municipais ao longo de todo o regime e, inclusive, nas eleições realizadas em 1978. Uma sólida rede de apoio, esquecida convenientemente pelas oposições ao regime, em especial no debate sobre a Lei de Anistia: “Esses apoios desmancharam-se no ar, de início devagarinho, depois em decadência mais rápida, para se desvanecerem quase que completamente no verão quente da Anistia, entre 1979 e 1980” (REIS: 2010, p. 174), dando forma a uma memória hegemônica que, ao cultuar os valores democráticos, recusava-se a lembrar destas redes, tão decisivas para o desenvolvimento do regime.

Em *Ditadura e Democracia no Brasil*, publicado em 2014 em ocasião dos 50 anos do Golpe, Daniel Aarão Reis manteria seu foco de análise na construção da *memória hegemônica/vencedora*.

No trecho abaixo, o autor destaca as dicotomias demarcadoras desta memória, fundadas na necessidade de escamotear o apoio social, a partir da adesão consensuada da sociedade aos valores democráticos.

Como já ocorreu muitas vezes na história, *ao virar as costas para o passado ditatorial* e empreender a construção de uma alternativa, *grande parte da sociedade brasileira preferiu demonizar a ditadura vigente nos anos anteriores e celebrar novos valores – democráticos*. Tais valores, aliás segundo diferentes, mas convergentes versões, nunca teriam sido revogados da consciência nacional. O país fora, pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa. Como uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade. (...) Numa arquitetura simplificada, muitos se confortavam com raciocínios polarizados. Opressão e liberdade. Ditadura e democracia. Repressão e resistência. Esta última palavra tornou-se um mote, repetido à exaustão. A sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão. Mas resistira. Por diferentes meios e caminhos, inúmeras vezes em silêncio, articulando os mais diferentes setores. *Assim, a luta revolucionária contra a ditadura seria reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime*, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de alternativas. *Como se coubesse à ditadura a responsabilidade pela luta armada*. [Grifo meu] (REIS: 2014, p. 8-9)

Aqui o autor afirma a existência de dicotomias que, a um só tempo, reduzem a complexidade da compreensão dos acontecimentos – “arquitetura simplificada”, “raciocínio polarizado” – e isentam a responsabilidade de ação por parte de quem apoiou a Ditadura. Ele retoma aqui a hipótese de que as esquerdas armadas saíram vitoriosas nas batalhas de memória: ainda que derrotadas em sua agenda política revolucionária, a reconfiguração dessa memória reabilitaria a ação violenta e antidemocrática das esquerdas, transformada por meio de um processo de vitimização. Refeita, a ação das esquerdas se tornaria apenas reativa (e vitimizada) em relação ao contexto de violência de Estado instaurado pelos militares.

Tratar-se-ia, portanto, de um segundo princípio de isenção. Nega-se por meio destas memórias que a luta armada tivesse intenções revolucionárias anteriores ao próprio estabelecimento da Ditadura Militar, ou que elas se contentassem meramente com o restabelecimento das instituições democráticas suspensas em 64. Ou seja, o projeto revolucionário de rompimento com o modelo capitalista de produção sucumbira a um impulso vitimista, que passou a identificar na própria ação apenas a égide da “resistência”: eis o cerne do

incômodo do historiador, a partir do qual ele desenvolve o argumento que intitula seu texto, “Ditadura no Brasil, uma incômoda e contraditória memória”.

Para avançar na construção de um discurso vitimizador dos opositores à Ditadura, Reis utiliza como exemplo a publicação, em 1985, do livro *Brasil: nunca mais*, de D. Paulo Evaristo Arns. No trecho abaixo fica evidente que o processo de vitimização é visto pelo autor como mais uma das simplificações e visões dicotômicas operadas pela versão hegemônica do processo – evidência dos traços contraditórios dessa memória contidos nessa memória.

A vitimização dos que lutaram contra a ditadura e a vigorosa denúncia contra ela ganhariam uma obra de síntese quando veio à luz, alguns anos mais tarde, o livro Brasil: nunca mais. Um longo trabalho preparado desde fins dos anos 1970, sob os auspícios da Arquidiocese de São Paulo. Oferecia-se ali, com base nos processos arquivados no Supremo Tribunal Militar (STM), copiados em segredo, uma sistematização fundamentada das denúncias contra as violações dos mais elementares direitos humanos, perpetrados pela ‘comunidade de informações’, com a cumplicidade, ativa e passiva, dos tribunais, militares e civis, e do conjunto das instituições republicanas. Os perseguidos pela mão pesada da ditadura não passavam de vítimas, torturadas, exiladas e assassinadas por um regime cruel e desumano. [Grifo meu] (Idem, p. 9)

Nesse quadro complexo de memórias diferenciadas e contraditórias, não se pode ignorar, no entanto, a predominância, largamente hegemônica, das referências propostas e fixadas em 1985 pelo Brasil: nunca mais. Elas se tornaram uma espécie de lugar comum. Habitam discursos políticos, livros didáticos, filmes e materiais diversos de análise e divulgação. Podem ser sintetizadas numa tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar. [Grifo meu] (Idem, p. 13)

Em reação à comoção produzida acerca de “Brasil: nunca mais”, o ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves autorizou a realização de um projeto chamado Ovril, cujo objetivo seria apresentar a versão dos militares acerca dos acontecimentos que envolveram o golpe e a ação dos militares contra seus opositores. Um texto que, ao cabo, não fora publicado, considerado inconveniente diante das circunstâncias. As memórias de D. Paulo Evaristo Arns e Leônidas Pires Gonçalves receberam tratamento desigual. A falta de equilíbrio entre as versões é salientada por Daniel Aarão Reis.

Na segunda metade dos anos 1980, reagindo à comoção, às polêmicas e às acusações suscitadas por *Brasil: nunca mais*, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, autorizou, em 1985, a Seção de Informações do Centro de Informações do Exército (CIE) a preparar versão própria dos acontecimentos. Tomou corpo, então o chamado Projeto Ovril (‘livro’, ao contrário), que

resultou, dois anos depois, num volumoso trabalho de quase mil páginas, justificando o golpe e explicando a ditadura como recurso último e legítimo contra ações esquerdistas que desembocariam, caso não fossem contidas pela violência, na instauração de uma ditadura socialista no país. Considerado *inconveniente nas circunstâncias*, o texto acabou não sendo divulgado. [Grifo meu] (Idem, p. 11)

6. Três breves considerações

Demian Bezerra de Melo (2014) contrapõe de maneira bastante sólida algumas das premissas interpretativas da vertente historiográfica que investe no apoio da sociedade civil aos militares e na proposição de que houve um consenso social em torno do Golpe de 64, em suma, no *topos* “Ditadura Civil-Militar” pensado nestes termos. Ainda que eu divirja do uso do termo “historiografia revisionista”, empregado por Demian, para designar esta vertente – por não considerar que haja aqui uma virada revisionista estrutural na abordagem da Ditadura, em direção a uma possível relativização/atenuação da violência estrutural praticada pelo Estado – considero importante sublinhar alguns dos contrapontos trazidos pelo historiador.

Em divergência interpretativa direta com Daniel Aarão Reis, Melo contrapõe três argumentos de Reis, já destacados neste texto: a centralidade das Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade, as votações expressivas da ARENA, o partido de sustentação à Ditadura e a popularidade do Presidente General Médici. Sobre a centralidade das Marchas como indicador de fraqueza política de João Goulart, Demian Melo contrapõe com dados de uma pesquisa de opinião realizada Ibope entre fevereiro e março de 1964, que revelam “uma enorme popularidade do governo Goulart e suas propostas reformistas” (MELO, 2014: p. 169), e que, respondendo à pergunta “Se o Presidente João Goulart também pudesse candidatar-se à Presidência” o resultado da pesquisa traria vantagem para Goulart na maioria das capitais consultadas, dentre as quais, Rio de Janeiro, Fortaleza, Porto Alegre e Recife (Idem, p. 169). Nas palavras de Melo “Ou seja, não só seu governo possuía apoio, como parte significativa do eleitorado poderia endossar uma eventual mudança na Constituição que lhe permitisse concorrer a mais um mandato” (Idem, p. 170). Sobre a votação da ARENA nas eleições, Demian Melo contrapõe afirmando que “parte não desprezível da oposição ao regime pregou voto nulo como forma de denunciar a *farsa* de escolher entre o partido do ‘Sim’ (ARENA) e do ‘Sim, Senhor’ (MDB)” (Idem, p. 170); além disso, a proporção de votos brancos e nulos foi bem alta nas eleições de 66 e 70, nas eleições de 74, quando o regime diminuiu o controle sobre a propaganda eleitoral, o voto oposicionista foi o

vitorioso nos principais centros urbanos. (Idem, p. 170). Por fim, sobre a popularidade do Presidente General Médici, Demian Melo questiona a validade de pesquisas de opinião realizadas durante a Ditadura, além do fato de que o chamado “milagre econômico” dos anos Médici estarem assentados “na super-exploração da classe trabalhadora, cujos níveis de renda já vinham sofrendo uma deteriorização significativa” (Idem, p. 173).

Tendo em vista o objetivo e os limites do presente artigo, gostaria de acrescentar três breves considerações sobre hipóteses historiográficas centrais trazidas aqui na armação argumentativa de Daniel Aarão Reis.

A primeira se contrapõe ao pressuposto de que as esquerdas teriam sido derrotadas no campo das experiências e projetos políticos e vitoriosas nas batalhas de memória. Há certa generalização da categoria “esquerdas”, como se a estas correspondessem exclusivamente aos grupos que adotaram a tática da luta armada como forma de combate de combate à Ditadura Militar – ou, dito de outro modo, como se coubesse aos grupos de luta armada a exclusividade do combate à Ditadura. Com Maria Paula N. Araújo (2007) é possível identificar a diversidade de movimentos contrários ao regime e que adotaram diferentes táticas de enfrentamento – inclusive, mas não somente, a luta armada revolucionária. Ou seja, a luta anti-ditatorial no final de década de 1970 reuniu diferentes atores políticos – organizações da sociedade civil como Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa, movimento estudantil, sindicatos, dentre outros – que construíram um arco ampliado de oposição, definidora de uma concepção de democracia que se instituiu em completa oposição às heranças deixadas pelos militares, ainda que a eles tenha cabido o protagonismo da transição política. Portanto, as antíteses “opressão e liberdade”, “ditadura e democracia”, “repressão e resistência” poderiam caber nos discursos políticos dos militares e de seus opositores da luta armada revolucionária, tendo em vista uma recepção brasileira do vocabulário político da Guerra Fria, entretanto, tais antíteses forjadas na polarização esquerda/direita não me parecem suficientes para compreender a formação do discurso hegemônico em torno da resistência nos anos finais da Ditadura. Com Daniel Aarão Reis, o binarismo permanece quando ele enfatiza a vitória das esquerdas nas batalhas de memória, no entanto, cabe ressaltar, não era necessário assumir um discurso e um projeto propriamente de “esquerda” – comunista, revolucionário, socialista ou nacionalista e suas variações – para aderir às lutas anti-ditatoriais que conformaram efetivamente uma memória

democrática. Tal memória democrática está ancorada em princípios da democracia liberal-representativa, como o direito ao voto, a pluralidade de vozes em âmbito público, o pluripartidarismo, a descentralização federalista, isto é, prerrogativas democráticas consolidadas no texto Constitucional de 1988. Uma oposição à Ditadura, mas que não incorporava uma agenda das esquerdas em um teor anticapitalista. Afinal, as medidas tomadas pelos militares implicaram não apenas a antecipação e combate a uma possível revolução comunista, mas também a suspensão do estado liberal de direitos instituído pela Constituição de 1946 (TOLEDO, 2004); logo, a oposição à Ditadura Militar se constituía também, desde os seus primórdios, em termos de uma luta pela restauração dos princípios democrático-liberais suspensos desde 1964. O melhor exemplo, neste sentido, é a narrativa sobre a Ditadura produzida no discurso de Ulysses Guimarães no discurso de promulgação da Constituição Federal de 1988. Quando ele diz “Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério”; “Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo”: “A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram”, o que está em jogo é, sobretudo, a restauração de princípios da democracia liberal representativa suspensos em 64 e é esta dimensão que se sobrepõe – inclusive à agenda das esquerdas, relacionadas, grosso modo, a reformulação ou superação do modelo capitalista.

A segunda consideração se refere ao papel específico da luta armada revolucionária e a adequação do termo “resistência” a essa atuação. Este é um ponto caro a Marcelo Ridenti (2004), no texto “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores”. Para Ridenti, qualificar de democrática à luta armada revolucionária é inadequado, porque o sentido da ação da luta armada revolucionária não era o retorno à democracia liberal-representativa suspensa em 64, mas sim a proposição de uma ruptura mais ampla, tendo em vista a superação do modo de produção capitalista. Neste sentido, a luta armada revolucionária não dependeria do golpe e da Ditadura Militar para existir e propor uma atitude ofensiva – para usar os termos de Daniel Aarão Reis – porque o próprio regime constitucional de 1946 não contemplava às suas aspirações. Desse modo, a noção de “resistência democrática” encobriria o projeto de Revolução subjacente às ações da luta armada. Entretanto, tal observação não tornaria inadequado o emprego do termo “resistência” (RIDENTI, 2004: p. 40): em condição de desvantagem desde que foi dado o Golpe, isto é, quando a suspensão de direitos foi operada

efetivamente pelos militares apoiados pelas direitas, os militantes de luta armada promoviam, indubitavelmente, ações de resistência, tendo em vista a assimetria estrutural existente entre Estado e Sociedade, marca definidora das relações ditatoriais. Neste sentido, considerar equivalentes as ações de violência política empreendidas pelo governo e pela oposição armada é incorrer no risco de anular a própria condição de assimetria constituinte da Ditadura Militar – como se este contexto admitisse algum tipo de manifestação pública contrária, ou se as relações entre Estado e sociedade deste contexto admitissem a existência de um pacto entre iguais. Ou seja, a condição de assimetria imposta pelo Estado de Exceção Ditatorial possibilita que os militantes de luta armada assumam uma retórica defensiva, afinal, independente de seus projetos políticos, eles foram efetivamente vítimas da Ditadura.

Por fim, gostaria de tecer uma consideração sobre a sentido civil-militar da Ditadura, a partir do reconhecimento do consentimento e apoio de setores da sociedade civil ao regime. Neste ponto, Carlos Fico (2007) é um interlocutor decisivo, quando ele afirma: “Entretanto, virtualmente, tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu o apoio de outrem não retira a essencialidade de algo, sua configuração imanente” (FICO, p. 52). Ele cita como exemplo, o caso da Ditadura do Estado Novo: o apoio dos militares não retira a natureza civil daquele regime (Idem, p. 52). O Golpe de 64, portanto, contou com a participação decisiva do Congresso e dos Governadores de Estado, portanto, forças políticas civis, além do apoio de veículos importantes da grande imprensa, empresários, setores da Igreja Católica e organizações da sociedade civil. Entretanto, acrescento, a estrutura de regime de exceção, com todo o aparato institucional envolvido, segue claramente a prerrogativas da ideologia militar: autocompreensão das Forças Armadas como “poder moderador”, “despolitizada” e “incorruptível”, afastada das paixões políticas e, portanto, em melhores condições de gerir a crise⁵; hierarquia militar ajustada à ordem republicana, levando em conta as condições de uma guerra de enfrentamento contra um inimigo interno; ordem como prerrogativa/condição para o progresso, ou seja, todos valores caros à lógica militarizada de atuação política na República – remanescente, inclusive, ao projeto republicano positivista de um século atrás. Em suma, o Golpe de 64 pode ser civil-militar, tendo em vista o protagonismo do

⁵ Cf BORGES, Nilson de. (2003), "A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares", in J. Ferreira e L. de A. N. Delgado (orgs.), *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 4

Congresso, mas, para além do fato dos presidentes serem todos Generais, o aparato institucional e os valores orientadores da Ditadura são militares e o fato de serem apoiados por setores sociais não alteram essa estrutura militarizada.

7. Verdade histórica e efeito de leitura: considerações finais desde a perspectiva da crise

Surge uma *corrente de interpretação acadêmica* que – malgrado sua intenção desmistificadora – ao recusar a ideia de que as esquerdas armadas fizeram parte da resistência à ditadura, acaba sendo incorporada política e ideologicamente pelos que isentam a sociedade civil de cumplicidade com ditadura, *ou até pelos que justificam o golpe de 1964 em nome da democracia*. [Grifo meu] (RIDENTI, 2004: p. 60)

Quando o historiador Marcelo Ridenti escreveu o texto de onde extraí o parágrafo acima, no ano de 2004, as batalhas públicas de memória ainda não haviam alcançado o grau que alcançaram dez anos depois, no aniversário de 50 anos do Golpe de 64. Para Ridenti, como vimos na seção anterior, o ponto central era atribuir à luta armada o lugar de resistência, ainda que seu projeto original fosse o rompimento com a democracia liberal instituída no modelo constitucional de 1946, apontando para um horizonte de rompimento com o modelo capitalista de produção. Grosso modo, o argumento de Ridenti é que o Golpe e a Ditadura reposicionaram o lugar da esquerda revolucionária, de tal modo que seria possível sim legitimar o discurso de resistência ao regime, ainda que esta não pudesse ser qualificada como democrática – sob o risco de que o projeto democrático vitorioso apagasse e pusesse fim, de maneira anacrônica, ao propósito revolucionário da empreitada. No entanto, é o argumento secundário do texto, destacado no trecho acima, que me interessa aqui: o grau de abertura que a “corrente de interpretação acadêmica” admitia para que grupos políticos do presente (de 2004) renovassem seu apoio ao Golpe de 64 – visto como gesto necessário para garantia da ordem e restauração de uma verdadeira democracia. A recusa do reconhecimento da esquerda revolucionária enquanto resistência ao regime poderia abrir caminho para amparar conceitualmente leituras antidemocráticas do presente, justamente ao contrário do propósito original, “desmistificador” e voltado para uma formação democrática.

Como vimos ao longo deste artigo, a afirmação do apoio da sociedade civil ao Golpe e a Ditadura geraria, segundo Daniel Aarão Reis, um duplo movimento: uma dura verdade sobre o passado, evidenciada pela historiografia, e um desconforto social no presente, diante do desejo

da sociedade de esquecer que colaborou para a construção de um regime autoritário, por desejar construir uma identidade no presente que prezava os valores democráticos, apagando seus *fantasmas*. O argumento, lançado em 2004 e renovado em 2014, se torna um *dilema*, pois parte do pressuposto de que havia manifestado desejo de esquecimento por parte da sociedade, motivado pela adesão hegemônica aos valores democráticos. Será? Pergunto agora, em 2020: será que entre 2004 e 2014 se pavimentou o caminho de um ambiente democrático seguro e estável a ponto de fazer a sociedade querer livrar-se de um *fantasma* desta natureza? Reconheço que toda minha análise neste artigo esteve orientada pelos desdobramentos da crise democrática brasileira contemporânea, cujo apogeu foi a eleição direta de um presidente da República apologista da Ditadura Militar e propagador de valores antidemocráticos, caso de Jair Bolsonaro. Este texto é pensado e escrito desde a crise, admitindo, portanto, certa dose de anacronismo; nela eu encaminho algumas interrogações, tendo em vista não o contexto de enunciação de 2004, mas o caminho que a experiência democrática tomou entre 2004 e 2014, ou seja, o salto entre os aniversários de 40 e 50 anos do Golpe.

Afinal, retornando ao horizonte de 2004, seria demasiado anacrônico e forçado arriscar a possibilidade de antecipação do nosso futuro. Era possível sim identificar diversas formas de permanência da Ditadura no experimento democrático, não só em 2004, mas desde antes, como aponta a instigante análise de Paulo Eduardo Arantes em “1964: o ano que não terminou”, cujo título – inserido em uma coletânea chamada *O que resta da Ditadura*⁶ – já nos revela o quanto de *entulho autoritário* forjou a democracia brasileira pós-1988. Ressaltar as permanências, no entanto, não nos faria desconhecer as diferenças entre um regime e outro: de um ponto de vista do funcionamento das regras do jogo e das práticas políticas democráticas é possível afirmar com segurança a solidez institucional do regime democrático – com todas as contradições e incompletudes que um regime liberal democrático-representativo envolve. Com efeito, não era possível prever a ascensão e hegemonização de discurso nostálgico da Ditadura, avesso à democracia e aos direitos humanos, como aquele que conduziu Bolsonaro à presidência. Àquela altura dos acontecimentos, o discurso bolsonarista não era mais que uma fenda autoritária⁷ –

⁶ ARANTES, Paulo. “1964, o ano que não terminou”. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁷ A esse respeito ver PINHA, Daniel. A ascensão do mito: tela e moldura do discurso bolsonarista em tempos de crise democrática. In: PINHA, Daniel; PEREZ, Rodrigo. (Org.). *Tempos de crise: ensaios de história política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

materializada na presença inexpressiva, de um ponto de vista do jogo político institucional, do Deputado Federal Jair Bolsonaro – resultante da brecha autoritária admitida em nosso modelo que lhe permitia, por exemplo, comemorar a vitória e o aniversário da “Revolução de 64” em pleno Congresso Nacional – resultado da justiça de transição incompleta que tornara o passado da Ditadura um tempo pretérito imperfeito ao presente democrático.

No entanto, vale a pena pensarmos juntos: se não era possível prever em 2004 uma guinada futura rumo ao bolsonarismo no Planalto, dez anos depois, em 2014, o contexto político já se apresentava de maneira inteiramente diferente. Em 2014, os discursos negacionista e revisionista da Ditadura eram cada vez mais vivos nas batalhas de memória, como conclui Mateus Pereira (2015), a partir de pesquisa realizada sobre as “guerras de memória” travadas na internet – valendo-se, inclusive, da disputa narrativa pelo verbete “Regime militar brasileiro” do site wikipedia – e no espaço público brasileiro contemporâneo, em função de efeitos não previstos da Comissão da Verdade. Se entendermos as Manifestações de Junho de 2013 como marco inicial de um ambiente de tensionamento e crise democrática – disparadores de diversas possibilidades de futuro, inclusive o atual – temos motivos para crer que a hegemonia dos valores democráticos, capazes de criar um *consenso social* em torno da democracia, conheceu muito mais uma *involução*, entre 2004 e 2014, do que um processo de aprofundamento.

Talvez esteja aí um dos incômodos mais persistentes que movimenta as linhas deste artigo: o que significa afirmar a *verdade historiográfica* em torno do apoio da sociedade civil ao Golpe e à Ditadura, em meio a este contexto crescente de guerras de memória e recrudescimento de negacionismo e revisionismo? Este novo contexto deveria ser capaz de reorientar as perguntas e, mais ainda, as respostas oferecidas pela historiografia acadêmica? Eis o dilema ético-político que atravessa toda a minha análise, eis o ponto de interrogação ancorado na experiência da crise.

Dez anos depois, houve não só retomada do argumento, nos mesmos termos de uma generalização do apoio social ao regime ditatorial e da afirmação de que as esquerdas foram as vitoriosas nas batalhas de memória, como um aprofundamento daquelas premissas. É sintomática, neste sentido, a constatação do *desequilíbrio de exposição pública* entre as memórias de D. Paulo Evaristo Arns e Leônidas Pires Gonçalves, a primeira, vista como evidência do processo de vitimização atribuído às esquerdas, e a segunda, “inconveniente diante das circunstâncias”. Está claro que Daniel Aarão Reis não concorda com a estratégia de escamotear as ações violentas

e antidemocráticas da esquerda revolucionária, mas será que o relatório do *OvriI* estaria em condições de confrontar o *Brasil: Nunca mais?* Afinal, o que orientava a memória de D. Paulo não era a legitimação da violência cometida pelas esquerdas – polo efetivamente antagônico ao discurso de Leônidas – mas sim a denúncia da tortura e da violação de Direitos Humanos cometidos durante a Ditadura, algo que, nenhum relatório produzido pelos militares teria condições de confrontar.

Dito de outro modo, pensando à luz da reivindicação ético-política formativa contida no argumento do apoio civil militar: como compatibilizar propósito formativo para a escrita da história – na lógica do “Nunca mais” – e colocar em pé de igualdade discursos inteiramente opostos em relação aos seus propósitos democráticos – um para afirmar a luta pelos Direitos Humanos e outro para legitimar as ações da Ditadura? Pensando agora a partir da dimensão pragmática do texto historiográfico que trata de temas sensíveis, isto é, do potencial de produção de efeitos políticos no leitor do tempo presente, eu pergunto: qual o lugar do argumento acerca da vitimização das esquerdas, em meio à polarização política e às batalhas de memória inscritas naquele ano de 2014? Como esta comparação entre o “Brasil Nunca Mais” e o “OvriI” poderia ser lido por um leitor avesso às convicções democráticas, 50 anos depois do Golpe, no ano de 2014? Este leitor implícito deveria estar no horizonte de expectativas de um historiador de temas sensíveis e abrangência pública? Afinal, até que ponto é possível ao historiador controlar a recepção de seu texto? Como o discurso de verdade implicado na enunciação historiográfica se inscreve nas disputas políticas de seu tempo? Estas são também interrogações desde a crise.

Em um determinado sentido, estamos falando de um contexto de *involução democrática*, que transformou em Presidente da República um Deputado Federal *outsider* da democracia – outsider das regras do jogo, da prática/funcionamento e dos valores democráticos – cujo discurso antidemocrático saiu da margem ao centro, até alcançar o Planalto em 2018. É deste lugar que falamos, de uma condição democrática ambivalente, admitindo que se coabite no mesmo espaço político a consolidação democrática no interior do governo Estado – afinal, 2004-2014 foram anos de pleno desenvolvimento democrático com inclusão social, cumprindo rigorosamente as prerrogativas constitucionais de 1988 – e, ao mesmo tempo, um *caminho de involução dos valores democráticos no interior da sociedade civil*, com crescimento gradativo do negacionismo e revisionismo em relação à Ditadura Militar e ataque aos Direitos Humanos. Caberia à

historiografia ser balizada por este contexto? Como o leitor que chegou até aqui deve imaginar, minha resposta é sim.

No caso da historiografia sobre a Ditadura Militar ou no tratamento de um tema sensível de abrangência pública, ou seja, um passado que não pertença apenas aos historiadores e especialistas, é redobrado o desafio ético-político de proposição de verdades, ancoradas, ainda, em procedimentos e protocolos metodológicos da comunidade de autores e leitores especialistas. Esta é a principal expectativa social que um leitor não-especialista traz para um texto historiográfico, ou seja, que ele use a sua condição privilegiada de cientista social para propor verdades. Há de se considerar, no entanto, um compromisso ético de não instrumentalizar leitores avessos à ética democrática, mesmo reconhecendo o quanto o enunciado historiográfico é passível de distorções por parte de um leitor ou autor que já está disposto a isso. Como demonstra o artigo de Rodrigo Perez de Oliveira (2020), os negacionistas que hoje alcançam grande apelo comercial no mercado editorial – como por exemplo Leandro Narloch e seu “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” – se apoiam em premissas da historiografia acadêmica para distorcê-las em função de seus propósitos políticos; há, portanto, poder de agência nos negacionistas (e dolosa). Isto não inibe, no entanto, a necessidade do historiador incorporar a dimensão pragmática do seu texto, se sua pretensão for oferecer ao leitor um horizonte de formação – e este parece ser o caminho traçado por Daniel Aarão Reis, como vimos aqui.

Afinal, o que significa escrever história ou pronunciar uma aula de história sobre a experiência da Ditadura Militar Brasileira tendo em vista o ponto de vista de seus leitores e as múltiplas formas de circulação do passado? Em que medida este auditório, ou público leitor, produz mais ou menos interferência naquilo que está sendo abordado pela autoridade especializada – seja o historiador, seja o professor?

Trata-se de desafios que crescem na mesma medida em que se ampliam não só a instabilidade político-institucional da ordem democrática, mas a própria experiência da crise dos valores democráticos, entendida de maneira alargada – como, por exemplo, na proliferação do discurso do ódio combinado à violência política, e no tratamento da diferença política pela lógica do inimigo e não do adversário. Neste cenário, ascende a necessidade pública de orientação pela história e com ela a geração de novas interrogações no interior da historiografia. No caso específico do passado sobre 64, a questão central se torna, mais do que nunca, indagar sobre

formas de investigar e historiar a experiência da Ditadura Militar, diante de tudo que ainda resta dela.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, M. (Org.); Motta, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois, 1964-2004* Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. "Ditadura, anistia e reconciliação". *Estud. hist.* vol.23 no.45 Rio de Janeiro Jan./June 2010.

ARANTES, Paulo. "1964, o ano que não terminou". In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARAUJO, Maria Paula N. "Lutas democráticas contra a ditadura." In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017

BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Serra: Editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018.

BORGES, Nilson de. "A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares", in J. Ferreira e L. de A. N. Delgado (orgs.), *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX* In *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.

COSTA, Fernando S. "La cultura historica: uma aproximación diferente a la memória colectiva." *Pasado y Memória: Revista de Historia Contemporánea*, v.8, p. 267-286, 2009.

FICO, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar" *Rev. Bras. Hist.*, vol.24, no.47, São Paulo, 2004.

_____. "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas" *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abr. 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PEREIRA, Mateus H. “Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História*, v. 31, p. 863-902, 2015.

PEREZ, Rodrigo. “Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019)”. *Revista Transversos*. “Dossiê: **Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática**”. Rio de Janeiro, n.º. 18, 2020, pp. 64-85.

PINHA, Daniel. A ascensão do mito: tela e moldura do discurso bolsonarista em tempos de crise democrática. In: PINHA, Daniel; PEREZ, Rodrigo. (Org.). *Tempos de crise: ensaios de história política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

RANGEL, Marcelo M e ARAUJO, Valdeci. “Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político.” *História da Historiografia* v. 8, p. 318-332, 2015.

RIDENTI, Marcelo “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores.” In: Ridenti, Marcelo; Reis Filho, Daniel Aarão; Motta, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.53-65. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

TOLEDO, Caio N. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia.” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n.47, p. 15-28, 2004.

VIEIRA, Beatriz de Moraes; “Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos.” *Maracanan*, v. 0, p. 68-78, 2014.

Daniel Pinha: Doutor em História pela PUC-Rio, Professor Adjunto da área de História do Brasil do Departamento de História da UERJ/ Maracanã, Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação dos Professores da UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UERJ/ Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTORIA UERJ.

Artigo recebido para publicação em: Abril de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: Abril de 2020.

Como citar:

PINHA, Daniel. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. *Revista Transversos*. “Dossiê: **Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática**”. Rio de Janeiro, n.º. 18, 2020. pp. 37-63.

Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528.
DOI: 10.12957/transversos.2020.50330.

